

09/03/2018

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 137.994  
DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: FLAVIO MELLO DOS SANTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CARLO HUBERTH CASTRO CUEVA E LUCHIONE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JULIANA VILLAS BOAS BORGES</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. SUSTENTAÇÃO ORAL EM APELAÇÃO. PROCESSO COM PLURALIDADE DE RÉUS, COM ADVOGADOS DISTINTOS. PRAZO COMPUTADO EM DOBRO E DIVIDIDO PELO NÚMERO DE DEFENSORES INSCRITOS. REGRA REGIMENTAL DOS TRIBUNAIS, CUJA REGULAMENTAÇÃO FOI AUTORIZADA PELO ART. 618 DO CPP. PRIMAZIA DA CELERIDADE PROCESSUAL SOBRE OS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE EFETIVO PREJUÍZO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

I – O entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça está em perfeita consonância com a jurisprudência desta Suprema Corte, também firmada no sentido de que, havendo pluralidade de réus, com advogados distintos, o prazo de sustentação será computado em dobro e dividido pelo número de defensores que manifestaram interesse em sustentar oralmente as razões recursais, regra essa positivada nos regimentos internos dos tribunais, com autorização do art. 618 do Código de Processo Penal. Precedentes.

II – Este Tribunal firmou o entendimento de que a demonstração de prejuízo, “a teor do art. 563 do CPP, é essencial à alegação de nulidade, seja ela relativa ou absoluta, eis que [...] ‘o âmbito normativo do dogma fundamental da disciplina das nulidades – *pas de nullité sans grief* – compreende as nulidades absolutas” (HC 85.155/SP, Rel. Min. Ellen

**RHC 137994 AGR / DF**

Gracie).

III – Agravo regimental a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão virtual da Segunda Turma, na conformidade da ata de julgamentos, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 9 de março de 2018.

**RICARDO LEWANDOWSKI – RELATOR**

09/03/2018

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 137.994**  
**DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: FLAVIO MELLO DOS SANTOS</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: CARLO HUBERTH CASTRO CUEVA E LUCHIONE</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JULIANA VILLAS BOAS BORGES</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

## RELATÓRIO

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão em que neguei provimento a este recurso ordinário.

A decisão ora atacada possui o seguinte teor:

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça – STJ, que não conheceu do HC 308.460/RJ, de relatoria do Ministro Ribeiro Dantas.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado, com outras seis pessoas, em regime inicial fechado, às penas de 19 anos e 6 meses de reclusão, pela prática dos crimes de tráfico ilícito de drogas (art. 33 da Lei 11.343/2006) e de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei 10.826/2003), e de 6 meses de detenção, pelo delito de favorecimento pessoal (art. 348 do CP – fls. 1-97 do volume 1). Houve oposição de embargos de declaração, porém rejeitados (fls. 183-187 do volume 1).

Inconformada, a defesa apelou para o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ, que negou provimento ao recurso, mantendo íntegra a sentença condenatória (fls. 116-145 do volume 1).

**RHC 137994 AGR / DF**

Alegando nulidade do julgamento da apelação, a defesa impetrou *habeas corpus* no Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu da impetração, mas analisou a matéria, em acórdão assim ementado (fls. 41-50 do volume 2):

‘PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO. PRAZO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL. PLURALIDADE DE ADVOGADOS. VÁRIOS CORRÉUS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. REGIMENTO INTERNO DOS TRIBUNAIS. APLICAÇÃO SUPLETIVA. PRAZO DOBRADO E DIVIDIDO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. PREJUÍZO NÃO COMPROVADO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. O artigo 613, inciso III, do Código de Processo Penal prevê que nos julgamentos das apelações relativas a crimes punidos com reclusão ‘o tempo para os debates será de 1/4 (um quarto) de hora’.

3. Diante da ausência de previsão na legislação processual penal para as hipóteses em que há vários corréus, ‘os regimentos internos dos Tribunais estabeleceram a regra de se dobrar o prazo e dividi-lo entre o número de advogados, solução que compatibiliza o direito de defesa com racionalidade dos julgamentos, evitando que nos processos com vários corréus a sessão de julgamento se alongue demasiadamente no tempo’ (HC 273.837/SP, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2013).

4. *In casu*, considerando a existência de 5 (cinco) advogados, representando diferentes corréus, que demonstraram o interesse de sustentarem suas razões na

**RHC 137994 AGR / DF**

Tribuna, o prazo regimental destinado à defesa foi contado em dobro (30 minutos), dividindo-se igualmente o tempo para cada um dos advogados, nos termos do art. 69, § 1º, do Regimento Interno do TJ/RJ.

5. O prazo reduzido conferido para as sustentações orais da defesa dos réus, destituída de demonstração de efetivo prejuízo ao réu, não é causa de nulidade do julgamento do recurso de apelação, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal e da jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal (HC 294.115/BA, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2015; HC 149.007/MT, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 21/05/2015; STF, HC 99.748, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/06/2010; STF, RHC 97.667, Rel. Min. ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 26/06/2009).

6. Hipótese em que todas as questões suscitadas pela defesa foram devidamente apreciadas pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

7. *Habeas corpus* não conhecido’.

É contra essa decisão que se insurge o recorrente.

Relata, inicialmente, que, na sessão de julgamento da apelação, ‘com fundamento apenas na pluralidade de advogados, a Desembargadora SUIMEI MEIRA CAVALIERI, presidente em exercício da Colenda Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, proferiu decisão monocrática reduzindo o tempo destinado a que os patronos expusessem da tribuna as respectivas teses defensivas’ (fl. 61 do volume 2).

Alega, por conseguinte, que ‘a aplicação do artifício de computar o prazo para sustentação em dobro – 30 minutos – e partilhá-lo entre os advogados de diferentes réus, demanda um juízo de conveniência, sem o qual o órgão julgador incorre no

**RHC 137994 AGR / DF**

risco de privilegiar a celeridade na tramitação em detrimento do devido processo legal, tal como ocorreu no presente caso' (fl. 62 do volume 2).

Requer, ao final, seja dado provimento ao recurso ordinário, 'para que a sessão em que se deu o julgamento do recurso de apelação seja declarada nula' (fl. 63 do volume 2).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 213-218 do volume 2).

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Ela Wiecko V. de Castilho, manifestou-se pelo não provimento do recurso (documento eletrônico 4),

É o relatório suficiente. Decido.

O recorrente pretende a anulação da sessão de julgamento da apelação, sob o argumento de que o tempo concedido para o seu defensor sustentar oralmente as razões recursais foi insuficiente, considerada a complexidade da causa.

Não tem razão, contudo.

Para melhor elucidar a questão, transcrevo o seguinte trecho do acórdão recorrido:

'[...]

O artigo 613, inciso III, do Código de Processo Penal prevê que nos julgamentos das apelações relativas a crimes punidos com reclusão - hipótese dos autos -, 'o tempo para os debates será de 1/4 (um quarto) de hora'.

Diante da ausência de qualquer previsão na legislação processual penal para as hipóteses em que há vários corréus - situação dos autos -, 'os regimentos internos dos Tribunais estabeleceram a regra de se dobrar o prazo e dividi-lo entre o número de advogados, solução que compatibiliza o direito de defesa com a racionalidade dos julgamentos, evitando que nos processos com vários corréus a sessão de julgamento se alongue demasiadamente no tempo.' (HC 273.837/SP, Rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 12/11/2013).

É o que dispõem, com efeito, os arts. 160, § 2º do

**RHC 137994 AGR / DF**

RISTJ e o 132, § 2º, do RISTF, respectivamente:

‘Art. 160. Nos casos do § 1º do artigo anterior, cada uma das partes falará pelo tempo máximo de quinze minutos, excetuado o julgamento da ação penal originária, na qual o prazo será de uma hora (art. 229, V).

(...)

§ 2º Se houver litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre os do mesmo grupo, se diversamente não o convencionarem.’

‘Art. 132. Cada uma das partes falará pelo tempo máximo de quinze minutos, excetuada a ação penal originária, na qual o prazo será de uma hora, prorrogável pelo Presidente.

(...)

§ 2º Se houver litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo, que se contará em dobro, será dividido igualmente entre os do mesmo grupo, se diversamente entre eles não se convencionar.’

*In casu*, consoante exposto pelos próprios impetrantes, considerando a existência de 5 (cinco) advogados, representando diferentes corréus, que demonstraram o interesse de sustentarem suas razões na Tribuna, o prazo regimental destinado à defesa foi contado em dobro (30 minutos), dividindo-se igualmente o tempo para cada um dos advogados, nos termos do art. 69, § 1º, do Regimento Interno do TJ/RJ, *verbis*:

Art. 69 - Cabendo sustentação oral, e desejando os advogados usar da palavra, o Presidente a dará, sucessivamente, ao de cada uma das partes, pelo prazo improrrogável de 15 (quinze) minutos, salvo disposição em contrário.

§ 1º - Havendo litisconsortes, com procuradores diferentes, o prazo será duplicado e dividido em

**RHC 137994 AGR / DF**

partes iguais pelos advogados das partes coligadas, salvo se estes preferirem outra divisão.

O prazo reduzido conferido para as sustentações orais da defesa dos réus, destituída de demonstração de efetivo prejuízo ao réu, não é causa de nulidade do julgamento do recurso de apelação, nos termos do art. 563 do Código de Processo Penal e da jurisprudência desta Corte e do Supremo Tribunal Federal (HC 294.115/BA, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2015; HC 149.007/MT, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 21/05/2015; STF, HC 99.748, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, PRIMEIRA TURMA, DJe 04/06/2010; STF, RHC 97.667, Rel. Min. ELLEN GRACIE, SEGUNDA TURMA, DJe 26/06/2009)‘.

Como se vê, o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça está em perfeita consonância com a jurisprudência desta Suprema Corte, também firmada no sentido de que, havendo pluralidade de réus, com advogados distintos, o prazo de sustentação será computado em dobro e dividido pelo número de defensores que manifestaram interesse em sustentar oralmente as razões recursais. Veja-se, a propósito, excerto do voto proferido pelo Ministro Gilmar Mendes, Relator do RHC 116.046/DF, em caso análogo:

‘Sobre o tema, o Código de Processo Penal, art. 613 c/c art. 610, determina que o prazo para advogado sustentar oralmente suas razões recursais em delito que a lei comine pena de reclusão (como no caso, em que o recorrente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro) é de quinze minutos.

Contudo, o CPP é omissivo quanto ao tempo de sustentação na hipótese de litisconsórcio, em que os advogados representam partes diversas, mas franqueia aos regimentos internos dos tribunais a regência do procedimento a ser adotado (art. 618), *in verbis*:

‘Os regimentos dos Tribunais de Apelação



**RHC 137994 AGR / DF**

estabelecerão as normas complementares para o processo e julgamento dos recursos e apelações’.

Na hipótese, o Regimento Interno o TRF da 1ª Região dispõe o seguinte:

‘Art. 46 (...)

§ 5º. Havendo litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre os advogados do mesmo grupo, se diversamente não o convencionarem.

(...) § 10. Nos processos criminais, havendo corréus com diferentes defensores, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre os defensores, salvo se convencionarem outra divisão’.

No caso, habilitaram-se para sustentar oralmente três advogados que patrocinavam três apelantes distintos. Assim, nos termos do regimento interno do Tribunal, o prazo inicial de quinze minutos foi dobrado para trinta minutos e posteriormente dividido pelos três patronos, totalizando 10 minutos de sustentação oral a cada um’.

Nesse sentido, menciono, ainda, o seguinte julgado da Segunda Turma:

‘RECURSO ORDINÁRIO EM ‘HABEAS CORPUS’ – JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONSOLIDADA QUANTO À MATÉRIA VERSADA NA IMPETRAÇÃO – POSSIBILIDADE, EM TAL HIPÓTESE, DE O RELATOR DA CAUSA DECIDIR, MONOCRATICAMENTE, A CONTROVÉRSIA JURÍDICA – COMPETÊNCIA MONOCRÁTICA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DELEGOU, VALIDAMENTE, EM SEDE REGIMENTAL (RISTF, ART. 192, ‘CAPUT’, NA REDAÇÃO DADA PELA ER Nº 30/2009) – INOCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE – SUSTENTAÇÃO ORAL – TEMPO DOS DEBATES – MATÉRIA REGULADA PELO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL

**RHC 137994 AgR / DF**

FEDERAL DA 3ª REGIÃO – INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O ORA RECORRENTE – DECISÃO QUE SE REPORTA AOS FUNDAMENTOS QUE DERAM SUPORTE AO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO – MOTIVAÇÃO ‘PER RELATIONEM’ – LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DESSA TÉCNICA DECISÓRIA – FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO” (RHC 121.597 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

Ressalto, ainda, que este Tribunal firmou o entendimento de que a demonstração de prejuízo, ‘a teor do art. 563 do CPP, é essencial à alegação de nulidade, seja ela relativa ou absoluta, eis que [...] ‘o âmbito normativo do dogma fundamental da disciplina das nulidades – *pas de nullité sans grief* – compreende as nulidades absolutas” (HC 85.155/SP, Rel. Min. Ellen Gracie).

Nessa mesma linha, transcrevo a ementa do HC 82.899/SP, de relatoria do Ministro Cezar Peluso:

‘AÇÃO PENAL. Processo. [...]. Ausência de prejuízo ao réu. Nulidade inexistente. HC denegado. Precedentes. Não há, no processo penal, nulidade ainda que absoluta, quando do vício alegado não haja decorrido prejuízo algum ao réu’.

No caso, o recorrente não se desincumbiu desse mister processual, limitando-se a alegar, genericamente, a insuficiência de tempo para sustentar as teses elencadas em sua apelação, sendo certo, por outro lado, que, conforme exposto pelo acórdão ora atacado, ‘todas as questões suscitadas pela defesa em suas razões recursais foram devidamente apreciadas pela Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e, tendo sido alvo de embargos de declaração, foram rejeitados’ (fl. 47 do volume 2).

Destaco, por fim, que a *quaestio iuris* trazida neste *habeas corpus* refere-se à aplicação de jurisprudência pacífica deste Tribunal e que não encontra divergência entre as Turmas, o que permite a adoção do art. 21, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal – RISTF, *litteris*:

**RHC 137994 AGR / DF**

‘Art. 21. São atribuições do Relator:

[...]

§ 1º Poderá o(a) Relator(a) negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente inadmissível, improcedente ou contrário à jurisprudência dominante ou à súmula do Tribunal, deles não conhecer em caso de incompetência manifesta, encaminhando os autos ao órgão que reputar competente, bem como cassar ou reformar, liminarmente, acórdão contrário à orientação firmada nos termos do art. 543-B do Código de Processo Civil. (Redação dada pela Emenda Regimental n. 21, de 30 de abril de 2007)‘.

Isso posto, nego provimento ao recurso (art. 21, § 1º, do RISTF).

Neste agravo, alega-se, em síntese, que, “ao contrário do que foi sustentado na decisão agravada, é preciso reconhecer que, neste caso em específico, o prejuízo causado ao paciente é presumido, uma vez que, não houve razoabilidade na divisão de tempo para cada advogado sustentar oralmente, ferindo-se assim o princípio da ampla defesa” (fls. 4-5 do documento eletrônico 8).

Argumenta-se, ademais, que, na parte alusiva à necessidade de demonstração do efetivo prejuízo causado à parte, a decisão agravada teria invocado precedentes que não se amoldariam ao caso sob análise (fl. 5 do documento eletrônico 8).

Destaca-se, ainda nesse contexto, que, no RHC 116.046/DF, de relatoria do Ministro Gilmar Mendes, mencionado na decisão ora questionada, “atuavam apenas 3 (três) advogados, de modo que cada um recebeu 10 minutos para expor oralmente as suas razões”. Todavia, “no caso em tela, trata-se de processo extremamente complexo, envolvendo diversos corréus e advogados, e o tempo concedido de 6 minutos não é minimamente suficiente para expor todas as teses defensivas” (fl. 10 do documento eletrônico 8).

**RHC 137994 AgR / DF**

No mais, reitera-se os argumentos veiculados na petição inicial.

É o relatório.

09/03/2018

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 137.994**  
**DISTRITO FEDERAL**

**VOTO**

O Senhor Ministro **Ricardo Lewandowski** (Relator): Bem reexaminados estes autos, verifico que o agravante não trouxe qualquer argumento capaz de modificar as razões expendidas na decisão agravada, que, por esse motivo, subsiste.

Tal como consignei na decisão ora atacada, o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça está em perfeita consonância com a jurisprudência desta Suprema Corte, também firmada no sentido de que, havendo pluralidade de réus, com advogados distintos, o prazo de sustentação será computado em dobro e dividido pelo número de defensores que manifestaram interesse em sustentar oralmente as razões recursais. Veja-se, a propósito, excerto do voto proferido pelo Ministro Gilmar Mendes, Relator do RHC 116.046/DF, em caso análogo:

“Sobre o tema, o Código de Processo Penal, art. 613 c/c art. 610, determina que o prazo para advogado sustentar oralmente suas razões recursais em delito que a lei comine pena de reclusão (como no caso, em que o recorrente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas e lavagem de dinheiro) é de quinze minutos.

Contudo, o CPP é omissivo quanto ao tempo de sustentação na hipótese de litisconsórcio, em que os advogados representam partes diversas, mas franqueia aos regimentos internos dos tribunais a regência do procedimento a ser adotado (art. 618), *in verbis*:

‘Os regimentos dos Tribunais de Apelação estabelecerão as normas complementares para o processo e julgamento dos recursos e apelações’.

Na hipótese, o Regimento Interno do TRF da 1ª Região dispõe o seguinte:

**RHC 137994 AGR / DF**

‘Art. 46 (...)

§ 5º. Havendo litisconsortes não representados pelo mesmo advogado, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre os advogados do mesmo grupo, se diversamente não o convencionarem.

(...) § 10. Nos processos criminais, havendo corréus com diferentes defensores, o prazo será contado em dobro e dividido igualmente entre os defensores, salvo se convencionarem outra divisão’.

No caso, habilitaram-se para sustentar oralmente três advogados que patrocinavam três apelantes distintos. Assim, nos termos do regimento interno do Tribunal, o prazo inicial de quinze minutos foi dobrado para trinta minutos e posteriormente dividido pelos três patronos, totalizando 10 minutos de sustentação oral a cada um”.

Nesse sentido, menciono, ainda, o seguinte julgado da Segunda Turma:

“RECURSO ORDINÁRIO EM ‘HABEAS CORPUS’ – JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONSOLIDADA QUANTO À MATÉRIA VERSADA NA IMPETRAÇÃO – POSSIBILIDADE, EM TAL HIPÓTESE, DE O RELATOR DA CAUSA DECIDIR, MONOCRATICAMENTE, A CONTROVÉRSIA JURÍDICA – COMPETÊNCIA MONOCRÁTICA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DELEGOU, VALIDAMENTE, EM SEDE REGIMENTAL (RISTF, ART. 192, ‘CAPUT’, NA REDAÇÃO DADA PELA ER Nº 30/2009) – INOCORRÊNCIA DE TRANSGRESSÃO AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE – SUSTENTAÇÃO ORAL – TEMPO DOS DEBATES – MATÉRIA REGULADA PELO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO – INOCORRÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O ORA RECORRENTE – DECISÃO QUE SE REPORTA AOS FUNDAMENTOS QUE DERAM SUPORTE AO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO – MOTIVAÇÃO ‘PER

**RHC 137994 AgR / DF**

RELATIONEM' – LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DESSA TÉCNICA DECISÓRIA – FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA – RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO" (RHC 121.597 AgR/DF, Rel. Min. Celso de Mello).

Daí por que ressaltei, em passo seguinte, que este Tribunal firmou o entendimento de que a demonstração de prejuízo, "a teor do art. 563 do CPP, é essencial à alegação de nulidade, seja ela relativa ou absoluta, eis que [...] 'o âmbito normativo do dogma fundamental da disciplina das nulidades – *pas de nullité sans grief* – compreende as nulidades absolutas'" (HC 85.155/SP, Rel. Min. Ellen Gracie). Com o mesmo entendimento, o HC 82.899/SP, de relatoria do Ministro Cezar Peluso.

No que concerne à alegação de que a decisão agravada teria invocado precedentes que não se amoldariam ao caso sob análise, o agravante confunde a decisão agravada com o acórdão recorrido, razão pela qual é incabível qualquer manifestação sobre a matéria.

Inferre-se, pois, que a insurgência ora apresentada revela o mero inconformismo da parte com o resultado do julgamento que lhe foi desfavorável, não havendo argumento capaz de infirmar as razões de decidir do ato atacado.

Isso posto, nego provimento a este agravo regimental.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 137.994**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

AGTE.(S) : FLAVIO MELLO DOS SANTOS

ADV.(A/S) : CARLO HUBERTH CASTRO CUEVA E LUCHIONE (47698/RJ)

ADV.(A/S) : JULIANA VILLAS BOAS BORGES (163806/RJ)

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Segunda Turma, Sessão Virtual de 2.3.2018 a 8.3.2018.

Composição: Ministros Edson Fachin (Presidente), Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Dias Toffoli.

Disponibilizou processo para esta sessão o Ministro Alexandre de Moraes, não tendo participado do julgamento desse feito o Ministro Edson Fachin por suceder, na Segunda Turma, o Ministro Teori Zavascki.

Ravena Siqueira  
Secretária